

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA – CRISE IN

REQUERIMENTO N º , DE 2009.

(Do Sr. Moreira Mendes)

Requer audiência pública com o Sr. Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Sr. Welber Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Sra. Lytha Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; para prestarem esclarecimentos sobre os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira com grandes repercussões na indústria.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o plenário da Comissão, sejam convidados o Sr. Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Sr. Welber Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Sra. Lytha Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para, em reunião de audiência pública, discutirem os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira e suas repercussões na indústria.

JUSTIFICATIVA

A escalada da crise financeira internacional vem atingindo a economia brasileira de forma preocupante. O Brasil, infelizmente e ao contrário das primeiras declarações de membros do governo e do próprio Presidente da República, não está imune aos seus efeitos.

Tanto o Banco Central do Brasil como o Ministério da Fazenda, ainda que de forma precária e pontual, vêm adotando certas medidas no sentido de conter o impacto da crise na economia brasileira. Muitas dessas ações estão sendo tratadas no âmbito deste Parlamento, como a discussão e a votação de Medidas Provisórias editadas pelo Executivo para tratar nova regulamentação do sistema financeiro brasileiro, e também de audiências públicas, porém, a gravidade dos efeitos da crise exige mais.

É sabido que o Grupo de Acompanhamento da Crise, que reúne empresários de diversos setores e membros do governo tem se reunido com o objetivo de analisar o cenário da crise internacional com foco nas medidas para ampliar as exportações e aumentar a competitividade das empresas para enfrentar o cenário de maior competição e protecionismo entre os países.

O setor industrial, que vinha ganhando fôlego, já começa a dar sinais de retração. Temos como exemplos desse impacto, o setor automobilístico, que já reduziu a produção e está dando férias coletivas a seus empregados.

No plano macro, todos esperam do Governo Federal ações concretas que minimizem o impacto da crise no país, restabelecendo a liquidez e a oferta de crédito, como bem sugere e recomenda a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dados levantados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Grupo Estado, revelam que o parque industrial brasileiro já começa a sentir o baque da crise internacional e que alguns setores tiveram redução expressiva da utilização da capacidade instalada. Muitos deles estavam aproveitando ao máximo suas instalações e ocupando seu pessoal em três turnos de trabalho. Mas agora baixaram o ritmo de produção e há folga na linha de montagem. O tombo foi maior para quem fabrica móveis, têxteis, químicos e para a indústria mecânica.

Uma pesquisa feita pela CNI, mostra que num universo de 431 empresas consultadas, 54,8% disseram que, em março, os efeitos negativos da crise aumentaram em relação a dezembro. Apenas 9,8% das empresas disseram que o efeitos da crise diminuíram no período. O resultado da pesquisa conflita com a avaliação feita pelo governo, de que estaria ocorrendo uma recuperação, ainda que pequena, da atividade industrial este mês. Os dados da consulta da CNI parecem contrariar essa hipótese de trabalho e colocam nuvens negras sobre o desempenho da economia este ano. Os dados da pesquisa reforçam a avaliação feita pela CNI e pela Fiesp de que o resultado da produção industrial em 2009 será negativo.

A crise demorou a chegar ao Brasil, mas o resultado do PIB do quarto trimestre do ano passado mostra que o seu desembarque no país foi numa intensidade

superior à dos demais países. O Brasil foi um dos mais atingidos pela crise, ao contrário do que diziam o governo e muitos analistas econômicos. Essa é uma conclusão de um estudo elaborado pela Fiesp comparando o desempenho da economia brasileira com Alemanha, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Canadá, China, México, Coreia e zona do euro. Segundo o estudo da Fiesp, o Brasil foi o segundo país mais atingido pela crise. Ou seja, o segundo país com maior perda de crescimento. A crise provocou uma variação negativa de crescimento de 5,3%: de uma expansão de 1,7% no terceiro trimestre para uma queda de 3,6% no quarto trimestre do ano passado. De acordo com o estudo, o Brasil ficou atrás somente da Coreia do Sul, que registrou uma variação negativa de 7,2% (Folha de São Paulo 11.02.09).

O IBGE, no dia 06 de março, divulgou seus índices mensais de produção industrial física referentes a janeiro de 2009. O indicador dessazonalizado cresceu 2,3% em relação a dezembro, mas está longe de recuperar as perdas dos últimos três meses. Comparando-o a janeiro de 2008, o recuo chega a 17,2%.

A Confederação Nacional da Indústria apresentou, no dia 09 de março, seus indicadores da atividade industrial. O faturamento da indústria recuou 4,3% em janeiro. Em novembro havia-se observado uma queda de 12,9% em relação a outubro. E em dezembro a redução foi de 5,5%. Caiu também o emprego na indústria de transformação, repetindo uma tendência que já vinha ocorrendo há dois meses. A massa salarial caiu 17,8% em janeiro, mas os ganhos ao longo do ano passado ainda fazem diferença. Em relação a janeiro de 2008 registra-se um crescimento de 2,1%.

Diante da gravidade e da celeridade com que os fatos se sucedem, é imprescindível a presença de empresários de vários setores nesta Casa para que possamos formular propostas no sentido de amenizar os efeitos da crise na economia brasileira.

Sala das Reuniões, em de março de 2009.

Deputado Moreira Mendes
PPS/RO